



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Fundação Educacional de Além Paraíba		UF: MG
ASSUNTO: Descredenciamento voluntário do Instituto de Educação Superior de Bicas (ISEB), com sede no município de Bicas, no estado de Minas Gerais.		
RELATOR: Luiz Roberto Liza Curi		
PROCESSO Nº: 23000.002359/2021-50		
PARECER CNE/CES Nº: 310/2021	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 8/6/2021

I – RELATÓRIO

Trata-se do pedido de descredenciamento voluntário do Instituto de Educação Superior de Bicas (ISEB), código e-MEC nº 4221. A Instituição de Educação Superior (IES), com sede na Rua Áurea Aliada Pereira Lanha, nº 107, Centro, no município de Bicas, no estado de Minas Gerais, foi credenciada pela Lei Estadual MG nº 1.163, de 20 de dezembro de 2002, é mantida pela Fundação Educacional de Além Paraíba, código e-MEC nº 401, com sede no município de Além Paraíba, no estado de Minas Gerais.

Por meio da Nota Técnica nº 32/2021/CGCIES/DIREG/SERES/SERES, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) exarou a análise a seguir, transcrita *ipsis litteris*:

[...]

NOTA TÉCNICA Nº 32/2021/CGCIES/DIREG/SERES/SERES

PROCESSO Nº 23000.002359/2021-50

INTERESSADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ALÉM PARAÍBA

Aditamento. Descredenciamento voluntário. Instituto de Educação Superior de Bicas - ISEB (cód. 4221).

RELATÓRIO

1. *Trata o presente processo de solicitação de descredenciamento voluntário do Instituto de Educação Superior de Bicas - ISEB (cód. 4221), a ser realizado sob a forma de aditamento ao seu ato de Credenciamento, nos termos do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.*

2. *A aludida IES, mantida pela Fundação Educacional de Além Paraíba (cód. 401), foi credenciada pela Lei Estadual MG nº 1163 de 20 de dezembro de 2002, publicada em 20/12/2002.*

3. *Há, em nome da mantenedora acima citada, outras IES sob sua manutenção.*

4. *De acordo com o sistema e-MEC, a IES tinha como sede o município de Bicas, no estado de Minas Gerais. Seu campus era baseado na Rua Áurea Aliada Pereira Lanha, nº 107, Centro, e ofertava os seguintes cursos:*

<i>Curso</i>	<i>Código do curso</i>
<i>Pedagogia, licenciatura</i>	83506
	83509
	83984
	83986

5. A solicitação de descredenciamento voluntário está formalizada no Requerimento (2471229), protocolado em 1º de fevereiro de 2021, constante dos autos em comento.

ANÁLISE

6. Os pedidos de aditamento ao ato autorizativo, inclusive aqueles referentes ao descredenciamento voluntário, são regidos pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

7. O Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, de supervisão e de avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, estabelece em seu artigo 12, o que segue:

Art. 12. As modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento de IES, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 1º Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio editado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação:

I - aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades;

II - aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina ofertados por centros universitários e universidades, observado o disposto no art. 41;

III - extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;

IV - descredenciamento voluntário de IES ou de oferta em uma das modalidades; (Grifo no original)

V - unificação de IES mantidas por uma mesma mantenedora; e

VI - credenciamento de campus fora de sede.

8. No mesmo sentido, dispõe o art. 75 da Portaria Normativa nº 23/2017:

Art. 75. O pedido de descredenciamento voluntário de IES, acompanhado da extinção de todos os seus cursos, tramitará como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento e será processado mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela SERES, após a apreciação dos documentos.

9. Impõe o art. 76 da aludida Portaria Normativa nº 23/2017 que o pedido de descredenciamento voluntário está vinculado à comprovação, por parte da IES, do encerramento da oferta de todos os cursos, da inexistência de pendências acadêmicas de estudantes, da emissão da totalidade dos diplomas e certificados, bem

como da transferência de alunos, se for o caso, aliado à necessidade de organização do acervo acadêmico.

10. Em análise aos documentos inseridos nos autos, corrobora-se que a IES procedeu com todos quesitos dispostos acima, em franco atendimento ao dispositivo supracitado, declarando serem verdadeiras, exatas e fidedignas as informações, sob pena do representante legal da mantenedora responder nos termos da legislação civil e penal.

11. Ademais, o descredenciamento voluntário deve ser processado mediante a análise dos documentos listados no art. 77 da Portaria Normativa nº 23/2017, abaixo elencados:

I. Requerimento de descredenciamento voluntário, formalizado pelo dirigente da mantenedora da instituição de ensino;

II. Cópia do último edital de processo seletivo da instituição;

III. Declaração assinada pelo dirigente máximo da instituição, com firma reconhecida, firmando os seguintes compromissos:

a) responsabilização pela guarda do acervo documental de estudantes, de cursos e da IES até a finalização do processo, bem como pela entrega do acervo, organizado na forma disciplinada no Capítulo II, Seção VIII, da Portaria Normativa MEC nº 22, de 21 dezembro de 2017, à instituição sucessora;

b) indicação de IES sucessora para entrega do acervo acadêmico, com apresentação de termo de aceite firmado por seu representante legal; e

c) comprovação de encerramento ou inexistência de pendências junto a programas do MEC vinculados aos cursos, tais como o Financiamento Estudantil FIES e o Programa Universidade para Todos PROUNI.

12. No que concerne ao rol de documentos acima elencado, a IES forneceu à SERES os documentos necessários à devida análise do pleito. Nesta esteira, no que tange especificamente a respeito do acervo acadêmico, questão explicitada no inciso III, "b", acima elencado, e ressaltando a razoabilidade e os efeitos jurídicos produzidos no decorrer da instrução processual, inferimos que as informações e os documentos apresentados pela IES nos autos (2471229 e 2471231) estão em sintonia com as imposições expressas no art. 58 do Decreto nº 9.235/2017 e preenchem os pressupostos dos arts. 76 e 77 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, haja vista estar presente nos autos Declaração de Aceite de Guarda do Acervo Acadêmico assinado por representante da Faculdade de Ciências Gerenciais Alves Fortes (cód. 3514).

13. Em atendimento ao art. 79, §1º, da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, destacamos que não há processos regulatórios relativos à IES em trâmite no sistema e-MEC.

CONCLUSÃO

14. Ante o acima exposto, com fundamento no Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, bem como nos termos do art. 80 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, republicada em 03/09/2018, esta Coordenação-Geral de Credenciamento

das Instituições de Educação Superior - CGCIES/DIREG/SERES/MEC é de parecer favorável ao descredenciamento voluntário do Instituto de Educação Superior de Bicas - ISEB (cód. 4221) e, em decorrência, à extinção dos cursos de Pedagogia, licenciatura, do ISEB, apontando ainda que a Faculdade de Ciências Gerenciais Alves Fortes (cód. 3514) será responsável pela organização e manutenção do acervo acadêmico da IES descredenciada.

Considerações do Relator

Diante do exposto, esta relatoria não se opõe ao descredenciamento voluntário do Instituto de Educação Superior de Bicas (ISEB) e, em decorrência, à extinção do curso superior de Pedagogia, licenciatura, do ISEB.

II – VOTO DO RELATOR

Voto pelo descredenciamento, a pedido, do Instituto de Educação Superior de Bicas (ISEB), com sede na Rua Áurea Aliada Pereira Lanha, nº 107, Centro, no município de Bicas, no estado de Minas Gerais, mantido pela Fundação Educacional de Além Paraíba, com sede no município de Além Paraíba, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017.

Neste mesmo ato, determino que a Faculdade de Ciências Gerenciais Alves Fortes ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico do Instituto de Educação Superior de Bicas (ISEB).

Brasília (DF), 8 de junho de 2021.

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 8 de junho de 2021.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Presidente

Conselheira Marília Ancona Lopez – Vice-Presidente